

## O mercado de citação das autorias indígenas no Brasil: um estudo político (2016-2024)<sup>1</sup>

*The citation market of indigenous authorities in Brazil: a  
political study (2016-2024)*

Danielle Bastos Lopes<sup>2</sup>

Juliana Rios Luiz<sup>2</sup>

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v22i49.877>

**Resumo:** O presente artigo apresenta uma extensão empírica de uma pesquisa que explorou os dados relativos às autorias indígenas em periódicos científicos no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD – 2020- 2024) e, adicionalmente, um estudo de caso em um instituto considerado como uma das escolas de maior pontuação em rankings de avaliação na região Sudeste brasileira. Portanto, decorre de análise quantitativa e qualitativa, partindo do pressuposto de que “a escrita de si indígena” é radicalmente múltipla e descentrada da noção de um indivíduo puramente humano, moderno e universalista. Em um segundo momento, nas análises qualitativas, investiga a geografia das citações e a influência das enunciações indígenas escolhendo, para tanto, algumas obras do PNLD e materiais didáticos que trouxeram elocuições ameríndias em maior repetição. No curso desta análise, serão discutidos temas minoritários e agendas muito evidenciadas nos últimos anos pela Lei 11.645/08, que tornou obrigatória a inserção dos estudos indígenas e africanos nas produções literárias. O reconhecimento de autorias indígenas nos mercados de citação geopolítico global, revela a existência de conhecimentos que passam a se erguer em direção de espaços antes nunca ocupados. Contudo, a partir dos resultados da pesquisa foi observado o esvaziamento dessas mesmas autorias em primeira pessoa em materiais didáticos e/ou periódicos científicos. O artigo trata, portanto, da interpelação dos materiais escolares/científicos em uma pesquisa que envereda pela escrita de si, pela economia das citações e, finalmente, pelos efeitos da diferença no âmbito escolar.

---

<sup>1</sup> Esta pesquisa obteve o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) na modalidade Auxílio Básico à Pesquisa (APQ1). Estiveram presentes no levantamento de dados, a coordenadora, Danielle Bastos Lopes, a pesquisadora mestranda, Juliana Rios na análise do PNLD e os bolsistas de Iniciação Científica (IC) Juliana Minervino (UERJ) e Gabriel Gomes (UERJ) na coleta do estudo de casos em um instituto de educação localizado na cidade do Rio de Janeiro, RJ.

<sup>2</sup> Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

**Palavras-chave:** Enunciações indígenas; Periódicos Qualis; PNLD; materiais didáticos.

**Abstract:** The present paper presents the empirical extension of a research that explored data regarding the presence of indigenous authorship in scientific journals, in the National Didactic Book Plan (NDBP- 2020 – 2024- called PNLD in Brazil) and, additionally, a case study in an institute evaluated as one of the highest scoring schools in evaluation rankings of the Southeastern Brazilian region. Therefore, it derives from quantitative and qualitative analysis based on the assumption that “indigenous self-writing” is radically multiple and decentered from the notion of a merely human, modern, universalistic individual. In a second moment, in the qualitative analysis, it investigates the geography of quotations and the influence of indigenous enunciations by choosing, for this purpose, some PNLD books and didactic materials that brought Amerindian elocutions in greater repetition and accumulation. In the course of this analysis, minority themes and agendas, that have been highlighted in recent years by Law 11,645/08 (Brazil’s Law), will be discussed, that made mandatory the inclusion of indigenous and African studies in literary productions. The recognition of indigenous authorship in global geopolitics citation market reveals the existence of knowledge that begins to rise up in the direction of previously occupied spaces. However, from the results research, was observed the decrease of these authorships in the first person and in didactic materials and/or scientific journals. Therefore, the article emphasizes the interpellation of school/scientific materials in a research guided by writing, the economy of citations, and finally the effects of difference in the school environment.

**Keywords:** Indigenous enunciations; Qualis Periodicals; PNLD; didactic materials.

## 1 INTRODUÇÃO

“[...] a escrita transforma a coisa vista ou ouvida em forças de sangue [in vires, in sanguine]. Ela transforma-se, no próprio escritor, num princípio de acção racional”. (FOUCAULT, 1992, p. 134).

Este artigo analisa a inserção/influência de autorias indígenas no espaço teórico das citações geopolíticas. Foram investigados periódicos Qualis-Capes, livros do PNLD (2020-2024), bem como, em um terceiro aspecto convergente, um estudo de caso em um instituto de educação, avaliado dentro dos rankings de excelência na região Sudeste brasileira. Partimos por um caminho, portanto, marcado pela crueza moderna das citações e estatísticas, mas que interroga a pouca autoria indígena no mercado acadêmico brasileiro, bem como o contexto

global das citações (FREIRE, 2018). Operar com tais categorias coloca em tela naturalmente, aspectos excessivamente realísticos e ocidentalizantes para os conceitos, humano, (in)divíduo, raça, cultura e outros termos correlatos, já especialmente criticados em pesquisas anteriores (LOPES, 2017; 2019). Entretanto, assumimos o fantasma moderno das quantificações e estatísticas, para questionar a participação indígena em produções literárias.

Nesse contexto, tanto o desconstrucionismo, quanto o essencialismo periférico são categorias pensadas e nomeadas pelo e a partir do outro (CUSICANQUI, 2015; ALAVREZ, 2014; SMITH, 2012). A autoria não é individual em sua expressão máxima, uma vez que as concepções sobre identidades indígenas são coletivas, diádicas e relacionais. Tais categorias interrogam o que alguns autores e grupos teóricos concebem como essencialista, defendendo uma aculturação forçada, ou, uma lógica minoritária aceita pelos Estados-Nações (BELAUNDE, 2015; MOTTA, 2011; OVERING, 2003).

A Bibliografia das Publicações Indígenas de acordo com a última atualização prevê, nesse sentido, aproximadamente 22 doutores e 55 mestres indígenas com pesquisas defendidas. Os dados constam no Observatório Indígena e no Instituto Uka (FRANCA; MUNDURUKU; GOMES, 2019). Outros fatores apontados evidenciam que o Código de Catalogação Anglo-Americano em suas versões mais recentes, criou normas para edição brasileira de acordo com a padronização em língua portuguesa considerando aspectos da gramática e da norma brasileira culta, entretanto, para autores indígenas, o fato de utilizarem uma autoria coletiva, atribuída às sociedades ou às aldeias, ou mais comumente, ao assinarem o etnônimo como parte do nome e/ou prenome, as estruturas não estão inseridas nos sistemas de normalização, dificultando assim a norma e a atribuição de autorias indígenas (FRANCA, 2020). Uma das considerações relevantes do estudo feito por Aline Franca no Brasil, nesse sentido, mas que não surpreendem na economia das citações sugerem:

Além da representação, a atribuição correta da autoria explicita o reconhecimento da responsabilidade e propriedade intelectual sobre uma determinada obra e, conseqüentemente, seus respectivos direitos autorais, além de auxiliar a difusão dos saberes tradicionais. [...] Diversos autores indígenas utilizam a denominação de seu povo de origem como parte do nome, acompanhado de seu prenome, utilizado como um nome social e/

ou artístico como Daniel Munduruku, Ailton Krenak e Eliane Potiguara por exemplo. Para nomes indígenas com estruturas diferenciadas de apresentação, não previstas no Código, a complexidade pode se tornar uma barreira para a atribuição de autoria. [...] Já para a **autoria atribuída a um povo**, ainda não há forma de apresentação prevista pelo Código, apenas a proposta da criação de padrões sugerida por Franca (2016). Essas barreiras geradas pela ausência de padrões que contemplem a autoria indígena não devem ser impedimento para a utilização dessas fontes de informação. É necessário que haja, no mínimo, consistência entre a forma de chamada exibida nas citações e o padrão nominal adotado nas referências. (FRANCA, 2020, p. 292).

Claudia Lima Costa e Sonia Alvarez (2013, p. 582) sobre as publicações minoritárias afirmam que “quem é citado/a, onde e por quem – isto é, a geolingüística das citações – revelam as rotas, através das quais as teorias viajam e a forma com que linhagens intelectuais (hegemonicamente masculinas) são construídas e nomeadas no contexto global”. Nesses termos, práticas de citação e indexações são responsáveis não apenas pela formação dos cânones acadêmicos, mas implicam a geopolítica da escrita de si’ e a autoridade em pesquisas científicas.

Nos documentos constituídos pela UNESCO, as legislações que normatizaram a obrigatoriedade do ensino sobre culturas africanas e indígenas no Brasil são estabelecidas nos currículos acadêmicos, embora, atualizem as identidades do direito do “indivíduo” ameríndio, e, não os direitos difusos ou coletivos, como tem se debatido nas políticas anarquistas indígenas da América Latina e/ou como mais comumente, nos processos de novas minorias em regiões de fronteiras de Estados<sup>3</sup>. Passamos e voltamos a criticar, portanto, as dicotomias entre essencialismo/ desconstrucionismo periféricos defendidos, quase sempre, nas mesmas lógicas de base moderna e com Estados – Nações vertiginosamente construídos (RODRÍGUEZ, 2021).

---

<sup>3</sup> Ver obras sobre Anarquismo Indígena, destacamente, sugerimos os debates recentes na Bolívia e no México e as discussões sobre identidade na ilegalidade da União Europeia. Cf: Rodríguez (2021) e Cusicanqui (2015).

## **2 PRIMEIRAS E SEGUNDAS HIPÓTESES: METODOLOGIAS EM COLAPSO**

Um estudo produzido por autores ameríndios norte e sul-americanos demonstrou como os livros utilizam uma linguagem humanista<sup>4</sup> para ensinar conceitos desassociados do sagrado das comunidades indígenas (JUSTICE, 2018; SMITH, 2012; TAIAlAKE, 2005; WILSON, 2008). A pesquisa orienta-se, desta forma, a partir de duas grandes hipóteses: a primeira considera a existência de um novo paradigma que tem incorporado as minorias étnicas nas citações acadêmicas a partir das crescentes políticas afirmativas. A segunda, entende que apesar da “inclusão” indígena, apoiados pelas políticas de diversidade, a personificação ainda é representada em pressupostos assimilacionistas e esquemáticos, que deslocam enunciações indígenas para outros enunciadores (BESSA FREIRE, 2018).

Como a intenção da pesquisa parte de um universo concêntrico, a análise em primeiro plano, (1) do estudo de periódicos de Educação e um segundo (2) aspecto convergente, a análise do PNLD e, sucessivamente, (3) o estudo de caso do instituto de educação, foi necessária a alternância entre momentos de coletas quantitativas e palavras-chave.

Passamos para o objeto e quantitativo das análises. Como ressalta Elizabeth St. Pierre (2013; 2014), os estudos que concebem uma ontologia-positivista-hermenêutica, bem como as advertências de Edsosl Krenak (2021) na Áustria e Daniel Justice no Canadá (2018), a respeito de autorias relacionais indígenas, a noção de totalidade numérica concebem projetos fracassados. Nesse sentido, vamos analisar os dados aqui, com talvez menos certezas que estes valham. As funções quantificáveis dependem de fatores, como realidade de termos, provas, o que implica “suposta razão”, e naturalmente, o entendimento de verdade. Tais evidências afirmam o que os autores pós-quali entendem como “uma imitação servil do método das ciências brutas “. Ou seja, forja-se um positivismo que concebe uma acepção limitada de pesquisa para as ciências sociais e humanas (ALVAREZ, 2014; KLAHN, 2014; SCOTT, 1991; SAINT-PIERRE, 2013; 2014). Nesses casos, as ontologias deleuzianas e os autores indígenas, que não assumem o sujeito / objeto binário como realidade totalitária, auxiliam de forma relevante no

---

<sup>4</sup> Não discutiremos questões sobre os aspectos humanistas/ universais propostos pelos modelos do Currículo Nacional para a Educação Indígena neste artigo (BRASIL, 1998), entretanto, destaco trabalhos anteriores sob o qual analiso o que seria um “pós- humanismo” na Educação (BASTOS LOPES, 2017; 2019).

entendimento de que os dados, exclusivamente e, em contextos individuais, não são grandes qualificadores “em realidade”.

Os valores que constituem as práticas de formalização para dados científicos, como sistematicidade, linearidade, precisão, preocupações obsessivas com individualização, classificação, categorização, método destituem a mítica da ciência (SAINT-PIERRE, 2013). Em um empirismo das metodologias indígenas da pesquisadora Maori, Linda Smith (2012) e Edson Krenak, as cosmologias indígenas, por exemplo, foram e são particularmente úteis nesse sentido, para pensarmos as conexões ao invés de oposições, movimentos em contaposição à categorização, etc (KRENAK; LOPES; PEIXOTO, 2021). Nas palavras de St. Pierre (2013):

Eu li muitos relatórios de pesquisa qualitativa em que as teorias descritas na revisão de literatura foram abandonadas durante a análise porque os pesquisadores estavam obcecados com a “aparência bruta” do senso de dados ao privilegiar a presença de sensação na coleta de palavras de entrevistas face a face e em observações. Codificando palavras / dados (mesmo que usando *a priori* esquemas de codificação); e por “descobrir” regularidades empíricas e padrões (temas) em palavras, textos utilizando indução analítica e realismo ontológico para a sua realização. Essas práticas refletem o positivismo latente que supera o interpretativismo, **tratando palavras como dados brutos e numéricos** que podem produzir a verdade. Neste cenário, os melhores dados não exigem interpretação teórica, acredita-se que eles podem “falar por si.” É realmente bruta tal forma de investigação. [...] No final, os relatórios que não conseguem interpretar, teorizar, não fornecem uma evidência de qualquer coisa muito analítica. Alguém poderia argumentar que a fraqueza desse tipo de pesquisa é causada pelo próprio cientificismo. (p. 3, tradução nossa ).

Se o pesquisador atualmente foi destituído da necessidade do indivíduo “lá fora” (*being there*” and “*being here*” [GEERTZ, 1997]) para “recolher” verdades, e com esse fator, toda a estrutura qualitativa é deslocada de seus construtos mais fundamentais, é particularmente curioso observar a noção do que é considerado autoria. Escolhemos, para tanto, considerar autorias que englobam grafismos, ilustrações e artefatos de corpos em processos (FREIRE, 2018; LOPES, 2019). Os periódicos abordaram grupos/ sociedades indígenas em suas diferentes concepções e distopias narrativas. No caso dos materiais didáticos, foram analisados dois segmentos: (1) a investigação do quantitativo dos conteúdos programáticos e textos sobre culturas indígenas nos dois últimos anos do instituto de educação

(2020-2022). E, com base em tais levantamentos, passamos a uma (2) segunda etapa, o estudo de caso, propriamente qualitativo, sobre algumas autorias indígenas. Especificamente, a investigação em torno do PNLD e materiais didáticos considerou os seguintes critérios e estilos autorais:

- Artigos ou capítulos de livros impressos ou eletrônicos;
- Audiolivros;
- Discursos com versão textual tornada pública;
- Pinturas, gravuras, ilustrações e fotografias;
- Mapas e atlas;
- Música;
- Textos literários, poéticos ou ficcionais;
- *Softwares*, aplicativos ou *sites*;
- Jogos;
- Aulas ou cursos com finalidades educativas;
- Peças de arte ou imagens de representações artísticas, incluindo acervos de museu;
- Transcrição de entrevistas, áudios ou vídeos públicos.

Nas obras em formato de texto escrito, músicas ou vídeos foram consideradas as versões em língua portuguesa, bilíngue ou em língua nativa.

### **3 AUTORIAS INDÍGENAS EM REVISTAS CIENTÍFICAS**

Apresentamos, nesta seção, pesquisas em revistas científicas durante os anos 2016 a 2019 a partir dos sites CAPES e CNPq. Como primeira etapa, realizou-se o levantamento quantitativo a partir de duas grandes palavras-chaves, “Indígenas em Materiais Didáticos” e a “Representação do Indígena no Material Didático” convergindo para o campo. No segundo gráfico, 10 dessas produções foram selecionadas e debatidas qualitativamente. Porém, apresentaremos apenas os esboços quantitativos no intuito de contribuir para uma visualização comparativa, sem ainda a análise dos artigos propriamente especificados.

Gráfico 1 - Análise de Periódicos Científicos

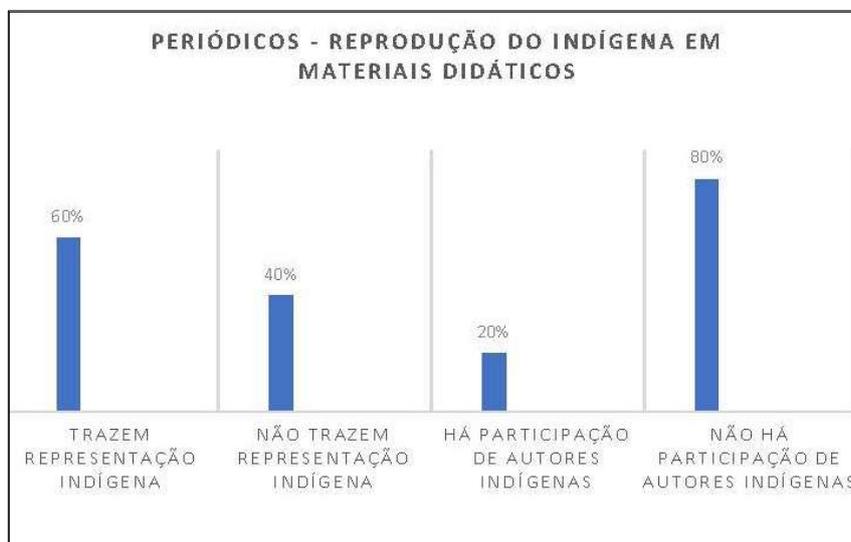


Fonte: Acervo dos autores, 2016 – 2019.

No gráfico 1, “Indígenas em Materiais Didáticos”, em 2016 localizamos nas bases das revistas científicas da CAPES, 917.054 pesquisas com o tema objeto e em 2019, 107.154 estudos, evidenciando um aumento no período de três anos. Em uma porcentagem aproximada:

- 80% dos periódicos científicos demonstram que indígenas estão representados em materiais didáticos.
- 20% dessas mesmas revistas, pontuam que os materiais didáticos não fazem menção a autores indígenas.
- Apenas 10% dos periódicos com referida palavra-chave possuem autorias indígenas (como colaborador, ou mesmo, coautor) nas referências bibliográficas.
- 90% não incluem autores indígenas nas referências dos artigos.

Gráfico 2 - Análise de Periódicos Científicos



Fonte: Acervo dos autores, 2016- 2019.

Já no gráfico 2, a “Reprodução do Indígena em Materiais Didáticos”, em 2016 esboçava 978.759 periódicos científicos e em 2019 localizamos 113.783,5 investigações aumentando para 864.975,5 pesquisas no período de três anos<sup>5</sup>.

- 60% das produções evidenciam que os indígenas constam nos materiais didáticos.
- 40% dos estudos exibem que os materiais didáticos não mencionam populações indígenas.
- Apenas 20% das pesquisas nesta palavra-chave possuem escritores indígenas como autorias ou colaboradores nas referências bibliográficas.
- 80% das pesquisas não têm a autoria, colaboração ou fazem qualquer citação a autores e colaboradores indígenas.

<sup>5</sup> Os números de avaliação QUALIS-CAPES, tanto quanto suas variações, foram expostos aqui em uma porcentagem aproximada para facilitação da leitura, embora, a pesquisa demonstre quantitativos com valores altos e oscilantes ao longo dos três anos da investigação (2016-2019).

#### **4 O PLANO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (2020-2024)**

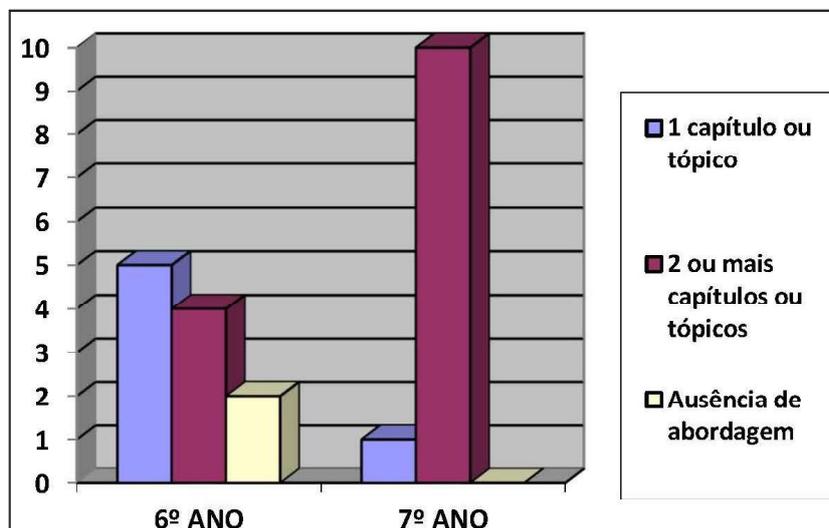
Passamos agora à análise de livros e materiais educativos. O Programa Nacional do Livro e Material Didático (PNLD) implica uma política paradigmática, que foi modificada para funcionar como um instrumento de distribuição de obras para as escolas públicas e aos convênios com instituições comunitárias. O incisivo ciclo tem duração de quatro anos; para fins de atualização, os materiais são fornecidos mediante recursos governamentais em consonância com as diretrizes e acordos políticos.

Muitos acervos são produzidos em grandes grupos editoriais que atuam no setor privado e se empenham nas obras que cumpram a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Quanto ao tratamento indígena, a maior parte das coleções dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> anos) abordam tópicos genéricos e veiculam imagens sem destacar autorias indígenas em primeira pessoa. Tipicamente, embora as coleções apresentem propostas críticas sobre o que denominam “matrizes culturais do povo brasileiro”, apontando similaridades e divergências entre os aspectos de cada cultura; os objetos dos conteúdos quase sempre se referem aos temas de Direitos Humanos e Patrimônio Histórico, sem maiores aprofundamentos.

Sob esse aspecto, verificou-se que as coleções didáticas que mais incorporam autorias indígenas, são parte do edital PNLD 2020, endereçado aos Anos Finais do Ensino Fundamental (6<sup>o</sup> aos 9<sup>o</sup> anos) para o quadriênio 2020-2024 no currículo de História.

Dentre as 11 coleções aprovadas para o 6<sup>o</sup> e 7<sup>o</sup> anos, o quantitativo de materiais analisados foi de 22 livros, sendo 11 para cada série. A seguir, o gráfico apresenta a quantidade de livros que abordam culturas indígenas em seu conteúdo:

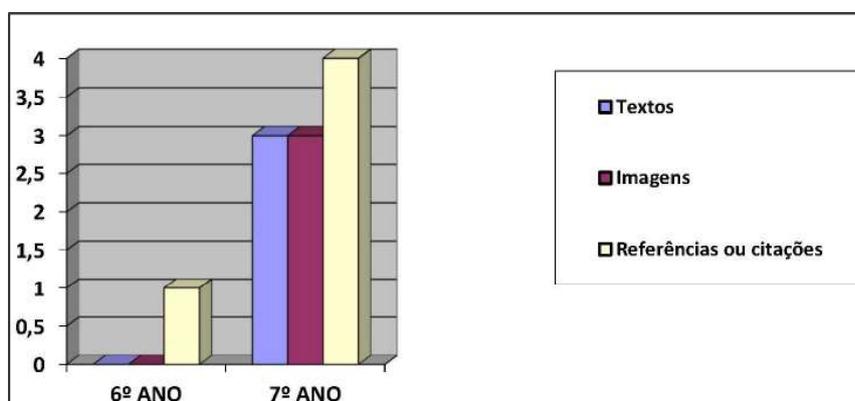
Gráfico 3 - Culturas indígenas nas coleções didáticas do PNLD História – 6º e 7º anos



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

Adiante, o segundo gráfico apresenta o levantamento de livros que contém obras autorais indígenas em sua composição ou que as recomenda como atividade suplementar ou como material de pesquisa para outros desdobramentos pedagógicos possíveis.

Gráfico 4 - Autorias indígenas nas coleções didáticas do PNLD História – 6º e 7º anos



Fonte: Acervo dos autores, 2022.

A ausência de autorias na maior parte dos livros didáticos é um dado importante a ser considerado, não obstante a inserção das discussões a respeito das populações indígenas na América Latina que buscam um panorama histórico que tenta gradativamente se desprender do passado colonial e evidenciar movimentos políticos ontológicos na atualidade. Em interlocução com a primeira hipótese, foi negada nossas crenças de que o número de autorias indígenas seriam mais expressivos com o alargamento das políticas afirmativas, tanto quanto a difusão de algumas editoras e livrarias étnicas especializadas criadas recentemente. Isto porque, as autorias consideradas em todas as etapas da seleção, não tratam apenas de textos diretos, foram incorporadas às categorias sons, vídeos e imagens, além de outros acervos. O que implica num alastrado campo de consideração material, embora, como pode-se observar, as autorias indígenas aparecem em baixa quantidade. Outro ponto especialmente relevante, foi que as ilustrações encontraram-se em proporções muito semelhantes aos textos e menos que as citações de falas<sup>6</sup> evidenciando, portanto, um apelo imagético em grande parte das análises.

## 5 AUTORIAS INDÍGENAS EM MATERIAIS DIDÁTICOS

Nos estudos de casos reiteradamente, os resultados não modificaram ou sofreram grandes variáveis. Considerando um público universitário com docentes e bolsistas, foram analisados materiais didáticos trabalhados entre os anos 2019 a 2021. Sua escolha decorre, justamente do caráter privilegiado da instituição, possuindo pesquisas e acervos literários com grande escala de materiais didáticos. No gráfico abaixo observamos os índices que compreendem as atividades planejadas durante o período pandêmico<sup>7</sup>, com aulas no modelo de ensino remoto. É

<sup>6</sup> A figura do aedo, um sujeito que na Grécia Antiga se constituía por um rapsodo de composições e poesias, foi frequentemente acionada pela figura do indigenismo no período colonial e atualmente pelo xamanismo das grandes metrópoles. Como demonstra Manuela Carneiro da Cunha (2009), a prática dos missionários jesuítas já combinavam práticas da liturgia com o xamanismo. Nessa variação, o lugar do aedo, do sábio, visto com citações populares é reiteradamente conhecido para o lugar de indígenas. Suas imagens são veiculadas, porém, os textos inteiros e autorias diretas são menos recorrentes. A este lugar de destaque político social, mas entendido com pouca relevância técnica e científica Gersem Baniwa (2012) denomina como “terceira tutela”.

<sup>7</sup> A pandemia de coronavírus (COVID-19), uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 ocorreu entre os anos 2019 a 2022. Neste contexto, instituições foram impedidas de funcionar para efeitos de quarentena, entre estas, as instituições de ensino no Brasil.

curioso perceber aqui, a importância desse recorte e a expectativa em relação a continuidade das agendas minoritárias no âmbito escolar.

Com acesso ao banco de atividades virtuais, foram coletados materiais de áreas de ensino relativas aos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Em consequência, houve uma análise de atividades que abordavam questões referentes às sociedades indígenas, entendendo como enunciação indígena, toda e qualquer citação ou estudo aprofundado sobre suas culturas e/ou socialidades. Uma próxima análise foi situar e quantificar dessas atividades, quantas possuíam tais autorias complexificando assim, a aceção de material didático, geralmente reconhecido apenas como livros, revistas ou instituídos pelo próprio PNLD.

Gráfico 5 - Estudos Indígenas nos materiais didáticos

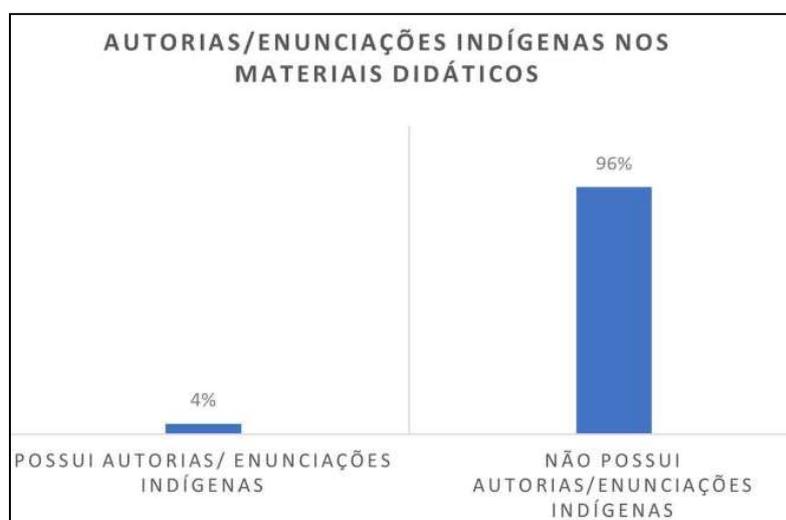


Fonte: Acervo dos autores, 2021.

O gráfico 5 inflete o resultado quantitativo das atividades escolares de forma genérica. Como resposta, pode-se constatar que 21% dos programas possuem a abordagem direcionada ao estudo sobre indígenas. Em contraposição, 79% das atividades não apresentavam qualquer conteúdo relacionado e/ou suas derivações. É importante ressaltar, que as investigações partem de conteúdos generalistas. Diferentemente da pesquisa anterior no PNLD,

os estudos demonstram reiteradamente os diversos campos disciplinares do Ensino Fundamental. Intencionalmente não convergir os dados para área de humanas teve o objetivo audacioso e concêntrico de demonstrar como quando comparado a outros quadros disciplinares generalistas, os números de estudos, ainda que sem as autorias indígenas, diminuem expressivamente.

Gráfico 6 - Autorias indígenas nos materiais didáticos



Fonte: Acervo dos autores, 2021.

Este sexto gráfico explicita apenas as enunciações indígenas no corpo dos acervos. Sendo a grande escala, os que não possuem autorias. A partir das análises, constatou-se que os materiais didáticos ainda têm muito o que dirimir no sentido de uma geopolítica menos racista e embranquecida. Mesmo considerando um amplo demonstrativo de material, incluindo referências e citações, encontramos apenas Daniel Munduruku como obra majoritária e reiterada nas análises. O que torna explícito o que Gersem Baniwa (2012), evidencia como porta voz de tutelas contemporâneas, quando apenas alguns poucos ocupam determinado prestígio, mas dificilmente são escolhidos como interlocutores de suas próprias enunciações.

Constatada o grande número de atividades, os estudos concentram-se no campo das Ciências Humanas, com destaque para alguns poucos da Matemática, ocupado pela cadeira de um único professor específico. Neste aspecto, foi preciso

promover um estudo que perceba sem disciplinaridades aparentes, culturas não inteiramente outras ou excessivamente etnizadas.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que podemos concluir, portanto, é que o mercado de citações tem demonstrado como etnômios, autorias e citações indígenas que não são de um sujeito, mas de toda uma comunidade, confundem e deslocam a norma vernacular culta. O que este artigo conclui, em termos mais apressados, não é a proposição de uma inclusão destes autores nos materiais didáticos ou meramente a defesa de suas representatividades, já relevantemente defendidas nos discursos dos coletivos e políticas afirmativas (BRASIL, 2008; FREIRE, 2018).

O que tentamos expor é a inversão mesma, da noção de tradução e autoria pensando indígenas como meios potencialmente transformadores dos sistemas de ensino, já muito estruturados e totalitários. A tentativa de pensar não em culturas nativas que precisam ser incluídas em culturas mentalistas científicas, mas em uma contra, anti, disciplinarização dos sistemas de indexação, faz mais sentido em uma perspectiva anticolonial (CUSICANQUI, 2015). Como observa Marcos Terena (2020), a literatura indígena deve atender ao interesse das suas próprias comunidades. Autores e enunciações exclusivamente como coautoria ou centralizados na figura de um único autor didático evidenciam a tutela racista contemporânea, quais os tipificam enquanto intelectuais acadêmicos.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos às populações indígenas latino-americanas e caribenhas e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) que financiou esta investigação em tempos de crise aguda na política orçamentária da pesquisa brasileira.

## **REFERÊNCIAS**

ALVAREZ, S. E. Introduction to the project and the volume: enacting a translocal feminist politics of translation. *In*: ALVAREZ, S. E.; COSTA, C. L.; FELIU, V.; HESTER, R.; KLAHN, N.; THAYER, M. (Ed.). *Translocalities/Translocalidades: feminist politics on translation in the Latin/a Americas*. Durham: Duke University Press, 2014. p. 1-19.

BANIWA, G. J. S. A conquista da cidadania indígena e o fantasma da tutela no Brasil contemporâneo. In: RAMOS, A. R. (Org.). *Constituições Nacionais e povos indígenas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012. p. 206-27.

BASTOS LOPES, D. O direito de estudar o indígena: sedução, estranhamentos e diferença em salas de aula. *Cadernos CEDES (UNICAMP) Impresso*, Campinas, v. 39, n. 109, p. 277-96, 2019.

BASTOS LOPES, D. A presença do invisível em escolas indígenas: escolarização, diferença e cosmologia entre os povos Mbyá (Guarani) do Rio de Janeiro. *Cadernos Cimeac*, Uberaba, v. 7, n. 2, p. 103-19, 2017.

BELAUNDE, L. E. Resguardo e sexualidade(s): uma antropologia simétrica das sexualidades amazônicas em transformação. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 24, p. 538-64, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação [MEC]. *PNLD 2020: história – guia de livros didáticos*. Brasília, DF: MEC; Secretaria de Educação Básica, 2019. Disponível em: [https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia\\_pnld\\_2020\\_pnld2020-historia.pdf](https://pnld.nees.ufal.br/assets-pnld/guias/Guia_pnld_2020_pnld2020-historia.pdf). Acesso em: 5 maio 2021.

BRASIL. Lei n. 11.645/08 de 10 de março de 2008. Altera a Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*: Brasília, DF, 2008.

COSTA, C. L.; ALVAREZ, S. E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 579-86, 2013.

CUNHA, M. C. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac & Naify, 2009.

CUSICANQUI, S. R. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la história andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

FOUCAULT, M. A escrita de si. In: FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Lisboa: Passagens, 1992. p. 129-60.

FRANCA, A. Reconhecendo os conhecedores: pensadores indígenas como fonte de informação para a escrita acadêmica. In: DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. (Org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 285-95.

FRANCA, A.; MUNDURUKU, D.; GOMES, T. (Org.). Bibliografia das publicações indígenas do Brasil. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL A ARTE DA BIBLIOGRAFIA, 6., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UDESC / UFSC, 2019. Disponível em: <https://pt.wikibooks.org/>

wiki/Bibliografia\_das\_publica%C3%A7%C3%B5es\_ind%C3%ADgenas\_do\_Brasil. Acesso em: 17 ago. 2021

FREIRE, J. R. B. Changing policies and language ideologies with regard to indigenous languages in Brazil. *In: CAVALCANTI, M. C.; MAHER, T. M. (Org.). Multilingual Brazil: language resources, identities and ideologies in a globalized world.* New York: Routledge, 2018. p. 27-40.

GEERTZ, C. *O saber local* - novos ensaios em antropologia interpretativa. Petrópolis: Vozes, 1997.

JUSTICE, D. H. *Why indigenous literatures matter.* Waterloo Ontario: Wilfrid Laurier University Press, 2018.

KLAHN, N. Locating women's writing and translation in the Americas in the age of latinamericanismo and globalization. *In: ALVAREZ, S. E.; COSTA, C. L.; FELIU, V.; HESTER, R.; KLAHN, N.; THAYER, M. (Ed.). Translocalities/Translocalidades: feminist politics on translation in the Latin/a Americas.* Durham: Duke University Press, 2014. p.39-56.

KRENAK, E.; BASTOS LOPES, D.; PEIXOTO, L. "Com que sangue foram feitos meus olhos?" Conversando com Edson Krenak sobre literaturas e metodologias indígenas. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 22, [n. 70 especial], p. 12-28, 2021.

MOTTA, A. La "charapa ardiente" y la hipersexualización de las mujeres amazónicas en el Perú: perspectivas de mujeres locales. *Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana*, Rio de Janeiro, n. 9, p. 29-60, 2011.

OVERING, J. K. In praise of the everyday: trust and the art of social living in an Amazonian community. *Ethnos*, London, v. 68, n. 3, p. 293-316, 2003.

RODRÍGUEZ, P. G. Desafíos y oportunidades del sistema educativo ante la inmigración y la diversidad cultural. *Revista Educação Temática Digital*, Campinas, v. 3, n. 23, p. 626-40, 2021.

SAINT-PIERRE, E. A. An always already absent collaboration. *Cultural Studies - Critical Methodologies*, [s.l.], v. 14, n. 4, 374-79, 2014.

SAINT-PIERRE, E. A. The appearance of data. *Cultural Studies- Critical Methodologies*, [s.l.], v. 13, n. 4, p. 223-27, 2013.

SCOTT, J. W. The evidence of experience. *Critical Inquiry*, Chicago, v. 17, n. 4, p. 773-97, 1991.

SMITH, L. T. *Decolonizing methodologies: research and indigenous peoples*. New York: University of Otago Press, 2012.

TAIAIAKE, A. *Wasáse: indigenous pathways of action and freedom*. Toronto: University of Toronto Press, 2005.

TERENA, M. A literatura indígena deve atender ao interesse das comunidades indígenas! In: DORRICO, J.; DANNER, F.; DANNER, L. F. (Org.). *Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 99-102.

WILSON, S. *Research is ceremony: indigenous research methods*. Halifax: Fernwood Publishing, 2008.

#### **Sobre as autoras:**

**Danielle Bastos Lopes:** Pós-doutoranda na Universidad Autónoma Metropolitana (UAM ). Pós Doutora pela Universidad de Salamanca (USAL). Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em História Social e graduada em Pedagogia pela UERJ. Professora adjunta e Procientista na UERJ. Docente do Programa de Pós-Graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) na UERJ. Líder do Grupo de Pesquisa Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF- CNPq). **E-mail:** daniellebastoslopes@hotmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0003-1614-0924>

**Juliana Rios Luiz:** Mestre de Ensino pelo Programa de Pós-graduação de Ensino em Educação Básica (PPGEB) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pedagoga pela Faculdade de Educação da UERJ. Professora com experiência na área de Educação Básica, atuando principalmente nos seguintes círculos de trabalho e pesquisa: formação de leitores e escritores; redes de aprendizado e cultura indígena e afrobrasileira. Pesquisadora do Grupo de Estudos Ameríndios e Fronteiras (GEAF/CNPQ). **E-mail:** julianariosluiz@gmail.com, **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-2110-0097>

Recebido em: 10/06/2022

Aprovado para publicação: 22/09/2022